Cavan Rocbra Indústria e Comércio de Pré Moldados e Concreto S/A

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

KPDS 180085

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis **3**

Balanços patrimoniais **6**

Demonstrações do resultado **7**

Demonstrações do resultado abrangente **8**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **8**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto **10**

Notas explicativas às demonstrações contábeis **11**

KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos
Diretores e aos Acionistas da
Cavan Rocbra Indústria e Comércio de Pré Moldados de Concreto S.A.
Bacabeira - MA

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da Cavan Rocbra Indústria e Comércio de Pré Moldados de Concreto S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cavan Rocbra Indústria e Comércio de Pré Moldados de Concreto S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase
Chamamos a atenção para a Nota Explicativa n° 1, que menciona concentração de sua receita em um único cliente. Essa transação foi efetuada mediante acordo entre as partes formalizado em um contrato que se extinguirá em 31 de dezembro de 2021. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

Cavan Rocbra Ind. e Com. de Pré-Moldados de Concreto S.A

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.055	3.947
Clientes	5	11.894	6.660
Estoques	6	1.172	904
Ativo fiscal corrente	7	4.497	1.774
Outras contas a receber	8	528	395
		30.146	13.680
Não circulante			
Mutuo com Partes relacionadas	9	81.465	67.575
Depósitos judiciais		6	6
Imobilizado	10	25.828	29.380
Intangível		256	332
		107.555	97.293
Total do ativo		**137.701**	**110.973**

Passivo	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	76	20.622
Debêntures	12	17.388	-
Fornecedores	13	3.621	3.972
Salários, férias e encargos sociais		1.371	1.061
Contribuições e impostos a recolher		2.128	924
Provisão para imposto de renda e contribuição social		1.403	550
Adiantamento de clientes	14	10.313	6.298
Dividendos Obrigatórios - Partes relacionadas	15.d	1.003	619
		37.303	34.046
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	-	1.742
Debêntures	12	7.236	-
Adiantamento de clientes	14	9.394	21.871
Patrimônio líquido		16.630	23.613
Capital social	15	11.329	7.382
Reservas de capital	15	42.495	29.170
Reserva de lucro	15	29.944	16.762
		83.768	53.314
Total do passivo e patrimônio líquido		**137.701**	**110.973**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cavan Rocbra Ind. e Com. de Pré-Moldados de Concreto S.A

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Receita Liquida	16	96.060	73.395
Custo das vendas e serviços	17	(43.700)	(37.644)
Lucro bruto		52.360	35.751
Despesas Administrativas e gerais	18	(9.702)	(7.853)
Depreciação		(275)	(208)
Outras receitas operacionais	19	604	494
Outras despesas operacionais	19	(56)	(51)
Resultado antes das receitas/despesas financeiras liquidas e impostos		42.931	28.133
Receitas financeiras líquidas	20	6.340	5.429
Despesas financeiras líquidas	20	(6.147)	(4.768)
Resultado antes dos impostos		43.124	28.794
Provisão Imposto de renda e contribuição social - corrente	21	(10.614)	(7.273)
Redução de IRPJ - de incentivo fiscal	21	5.828	3.739
Lucro líquido do exercício		38.338	25.260

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cavan Rocbra Ind. e Com. de Pré-Moldados de Concreto S.A

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício	38.338	25.260
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	38.338	25.260

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cavan Rocbra Ind. e Com. de Pré-Moldados de Concreto S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

		Reserva de capital	Reserva de lucros			
	Capital social	**Incentivo Fiscal**	**Reserva Legal**	**Retenção de Lucros**	**Lucro acumulados**	**Total**
Saldos em 01 de janeiro de 2015	**10**	**24.715**	**2**	**16.912**	**-**	**41.639**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	25.260	25.260
Destinação do lucro:						
Retificação de exercícios anteriores	-	-	-	208	-	208
Transferência para reserva de capital	-	11.827	-	(208)	(11.619)	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	1.263	-	(1.263)	-
Dividendos mínimos obrigatórios - Partes relacionadas	-	-	-	-	(619)	(619)
Capitalização de Reservas	7.372	(7.372)	-	-	-	-
Dividendos Complementares - Partes relacionadas	-	-	-	(13.174)	-	(13.174)
Retenção de lucros	-	-	-	11.759	(11.759)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**7.382**	**29.170**	**1.265**	**15.497**	**-**	**53.314**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	38.338	38.338
Destinação do lucro:	-	-	-	-	-	-
Transferência para reserva de capital	-	17.272	-	-	(17.272)	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	1.001	-	(1.001)	-
Dividendos mínimos obrigatórios - Partes relacionadas	-	-	-	-	(1.003)	(1.003)
Capitalização de Reservas	3.947	(3.947)	-	-	-	-
Dividendos Complementares - Partes relacionadas	-	-	-	(6.881)	-	(6.881)
Retenção de lucros	-	-	-	19.062	(19.062)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**11.329**	**42.495**	**2.266**	**27.678**	**-**	**83.768**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cavan Rocbra Ind. e Com. de Pré-Moldados de Concreto S.A

Demostração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Milhares de Reais)

	31/12/2016	31/12/2015
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	38.338	25.260
Despesas (Receitas) que não afetam as disponibilidades		
Depreciação e amortização	1.963	2.590
Encargos de dividas(inclui variações monetárias e cambias liquidas	3.149	4.126
Juros sobre mútuo	(4.967)	(3.182)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	4.786	3.534
	43.269	**32.328**
(Aumento) Diminuição de Ativos		
Contas a receber de clientes	(13.696)	(5.900)
Estoques	(268)	(559)
Tributos e compensar	573	(846)
Outras contas a receber e depósito judicial	(133)	596
	(13.524)	**(6.709)**
Aumento (Diminuição) de Passivos		
Fornecedores	(351)	780
Salários, férias e encargos sociais	310	111
Contribuições e impostos a recolher	1.204	(3.971)
	1.163	**(3.080)**
Juros pagos	(2.627)	-
IRPJ e CSLL pagos	(3.933)	(1.835)
Caixa líquido proveniente de atividades operacionais	**24.348**	**20.704**
Fluxo de caixa de atividades de investimentos		
Adição do ativo Imobilizado	(1.630)	(1.510)
Adição do ativo Intangível	(43)	(39)
	(1.673)	**(1.549)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos		
Empréstimos e debêntures tomados	50.000	30.000
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	(48.144)	(13.730)
Pagamentos de dividendos e JCP - Partes relacionadas	(1.500)	(3.134)
Mútuo - Concedidos - Partes relacionadas	(22.878)	(35.334)
Mútuo - Recebidos - Partes relacionadas	7.955	-
	(14.567)	**(22.198)**
Aumento (diminuição) nas disponibilidades	**8.108**	**(3.043)**
Disponibilidades no início do exercício	**3.947**	**6.990**
Disponibilidades no final do exercício	**12.055**	**3.947**
	8.108	**(3.043)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Cavan Rocbra Indústria e Comércio de Pré Moldados de Concreto S/A ("Companhia") foi constituída em 20 de agosto de 2010 na cidade' de Bacabeira, Estado do Maranhão sob a forma de sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com objeto social dentre as atividades principais a industrialização e comercialização de pré-moldados de concreto, especialmente dormentes, bem como outros produtos de pré-moldados de concreto.

Em 15 de setembro de 2010 foi celebrado contrato de fornecimento de dormentes e outros produtos pré-moldados com a empresa Vale S.A. Este contrato junto à Vale foi estimado em um montante de faturamento de R$151.450. Este contrato tem vigência de sete anos da sua data de assinatura (15 de setembro de 2010) extinguindo-se em 31 de dezembro de 2016 ou até o cumprimento de todas as obrigações, que estão voltadas para produção e disponibilização dos dormentes de acordo com as especificações técnicas definidas em contrato. A Companhia iniciou suas operações comerciais (faturamento) em 17 de julho de 2011.

Em 13 de dezembro de 2013, foi firmado com a Vale S.A. o 2º Aditivo de fornecimento dormentes, passando a ser estimado o contrato no valor de R$ 723 milhões com término contratual em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R$ 7.157, decorrente principalmente da captação de debêntures. A Companhia prevê a geração de um EBITDA de R$ 34.600 no exercício de 2017, de forma a equalizar essa situação. Em 31 de dezembro de 2016 a administração estima que nenhum ajuste é necessário para fazer face à recuperação dos ativos ou liquidação de seus passivos.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria em 14 de março de 2017.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. A moeda funcional da Companhia é o real.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluída na seguinte nota explicativa:

- **Nota 10** - Vida útil do imobilizado
- O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas.

3 Sumário das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas pela Companhia de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação.

b. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia possui os seguintes ativos financeiros

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e tomam decisões de compra e venda baseada em seus

valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis
Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis e que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes, outros créditos, partes relacionadas, entre outros.

Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e investimentos financeiros com vencimento diário os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos
A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, limite de cheque especial bancário, fornecedores e outras contas a pagar são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

c. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração
Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessária.

O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subseqüentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativos são as seguintes:

Prédio e edifícios	25 anos
Máquinas e equipamentos e instalações industriais	10 anos
Veículos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Equipamentos de comunicação	5 anos
Ferramentas	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de beneficiamento e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

e. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2016.

f. Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arredamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial.

g. Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização.

h. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

j. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

k. Receita operacional

Venda de mercadorias (Dormentes)

A receita operacional de venda de mercadorias (Dormentes) no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade das mercadorias foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com as mercadorias vendidas, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável.

l. Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

m. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre mútuo e variação cambial.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre mútuo, empréstimos e financiamentos.

n. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 (base fiscal) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A Companhia possui incentivo fiscal da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, de redução de 75% do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração, com início no ano calendário de 2012 e término em 2021.

Durante a vigência do benefício à Companhia deverá:

- Cumprir a legislação trabalhista e social e as normas de proteção e controle do meio-ambiente (art.14, inciso II da Lei nº 6.938/1981e art. 3º do Decreto nº 94.075/1987);
- Apresentar anualmente a declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente a cada exercício;
- Proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes líquido do incentivo fiscal e são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

o. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo tanto para ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

p. Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto da Companhia estabelece que, no mínimo, 5% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "dividendos adicionais propostos" no patrimônio líquido.

A Companhia distribuiu juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º parágrafo 7º da Lei nos 9.249 de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais.

q. *Novas normas, alterações e interpretações de norma*

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2018. Não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

Norma	Vigência	Principais pontos introduzidos pela norma	Impactos da adoção
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2018	A principal alteração refere-se aos casos onde o valor justo dos passivos financeiros calculado deve ser segregado de forma que a parte relativa ao valor justo correspondente ao risco de crédito da própria entidade seja reconhecida em "Outros resultados abrangentes" e não no resultado do período.	
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	1º de janeiro de 2018	Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida.	A Administração da Companhia iniciou uma avaliação preliminar e entende que a aplicação dos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações financeiras nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos reportados anteriormente. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.
IFRS 16 - Leases	1º de janeiro de 2019	Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.	

3.1 Reclassificações

Certos valores nas demonstrações de balanço de 31 de dezembro de 2016, originalmente divulgadas na rubrica de imobilizado, foram reclassificados para a rubrica de ativo fiscal corrente, devido mudança de política contábil, conforme demonstrado abaixo:

	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Prédios e edifícios	1.191	100	-	416	100	1.807
Máquinas e equipamentos	1.190	91	7	145	14	1.447
Benfeitorias em terceiros	-	-	-	42	-	42
Estorno de depreciação	(65)	(174)	(180)	(71)	(75)	(565)
	2.316	17	(173)	532	39	2.731

As reclassificações foram provenientes de créditos de PIS e Cofins sobre a construção da fábrica (prédios e edifícios), benfeitorias em bens de terceiros e aquisições de máquinas e equipamentos utilizados na produção do período de 2011 a 2015.

Originalmente a Companhia aplicava para tomada de crédito de PIS e Cofins a lei 10.637/2002 bem como a lei nº 10.833/2003, em que os créditos de PIS e de Cofins sobre a aquisição de máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado adquiridos para utilização na produção de bens destinados à venda, bem como sobre edificações e benfeitorias em imóveis próprios ou de terceiros utilizados nas atividades da Companhia, eram determinados exclusivamente mediante a aplicação da alíquota das contribuições sobre o valor dos encargos de depreciação e amortização desses bens.

Porém com o implemento da lei nº 10.865/2004 deu nova redação às leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003, permitindo mais uma forma de cálculo para os créditos relativos à aquisição de máquinas e equipamentos destinados ao ativo imobilizado.

Conforme essa nova modalidade de cálculo, os créditos de PIS e Cofins podem ser apurados

mediante a aplicação, a cada mês, das alíquotas das contribuições sobre o valor correspondente a 1/48 do valor de aquisição de máquinas e equipamentos integrantes do ativo imobilizado durante 4 anos.

- A Medida Provisória - MP n° 540/2011trouxe alterações da lei nº 10.865/2004, quanto ao prazo para apropriação dos créditos do PIS e Cofins não cumulativos sobre o ativo imobilizado.
- Conforme artigo 4° desta MP, as Companhias, nas hipóteses de aquisição no mercado interno ou de importação de máquinas e equipamentos destinados à produção de bens, poderão optar pelo desconto dos créditos da contribuição para o PIS e da Cofins, da seguinte forma:
- No prazo de 11 (onze) meses, no caso de aquisições ocorridas em agosto de 2011;
- No prazo de 10 (dez) meses, no caso de aquisições ocorridas em setembro de 2011;
- No prazo de 9 (nove) meses, no caso de aquisições ocorridas em outubro de 2011;
- No prazo de 8 (oito) meses, no caso de aquisições ocorridas em novembro de 2011;
- No prazo de 7 (sete) meses, no caso de aquisições ocorridas em dezembro de 2011;
- No prazo de 6 (seis) meses, no caso de aquisições ocorridas em janeiro de 2012;
- No prazo de 5 (cinco) meses, no caso de aquisições ocorridas em fevereiro de 2012;
- No prazo de 4 (quatro) meses, no caso de aquisições ocorridas em março de 2012;
- No prazo de 3 (três) meses, no caso de aquisições ocorridas em abril de 2012;
- No prazo de 2 (dois) meses, no caso de aquisições ocorridas em maio de 2012;
- No prazo de 1 (um) mês, no caso de aquisições ocorridas em junho de 2012; e
- Imediatamente, no caso de aquisições ocorridas a partir de julho de 2012.

Baseado em um aproveitamento de crédito de PIS e Cofins imediato a Companhia optou em realizar a mudança do critério fiscal.

Esta mudança do aproveitamento de crédito de PIS e Cofins sobre o imobilizado afeta a política de capitalização do imobilizado, pois o custo de aquisição de máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado adquiridos para utilização na produção de bens destinados à venda, bem como sobre edificações e benfeitorias em imóveis próprios ou de terceiros utilizados nas atividades da Companhia compreenderá o preço de aquisição, deduzidos os créditos de PIS e Cofins, os descontos comerciais e abatimentos.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa	16	16
Bancos	28	3.124
Aplicações financeiras	12.011	807
	12.055	3.947

Os saldos de caixa e equivalente de caixa referem-se a caixa em poder da Companhia e depósitos bancários, que estão centralizados em conta movimento no Banco Itaú e Banco do Brasil.

As aplicações financeiras foram classificadas como mantidas para negociação e referem-se a Crtificados de Depósitos Bancários - CDI, com remuneração equivalente a 20% da taxa média do CDI de um dia. Essas aplicações podem ser resgatadas imediatamente pela Companhia sem quaisquer descontos ou multa, ou seja, possuem alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5 Clientes

	31/12/2016	31/12/2015
Clientes - Comerciais	11.894	6.660
	11.894	6.660

A Companhia não possui títulos em atraso e esses títulos são integralmente dos clientes Vale S.A. (R$ 11.894 em 2016 e R$ 6.460 em 2015) e Energia dos Ventos I S.A. (R$ 200 em 2015), por esse motivo não há necessidade de constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa para esses títulos.

6 Estoques

	31/12/2016	31/12/2015
Estoque de produtos acabados	636	-
Estoque de matéria-prima	536	761
	1.172	904

7 Ativo fiscal corrente

	31/12/2016	31/12/2015
ICMS a recuperar	86	83
IPI a recuperar	625	220
ISS a recuperar	56	56
COFINS a recuperar	1.233	224
PIS a recuperar	267	49
IRPJ a compensar	1.267	822
IRRF sobre partes relacionadas	913	268
IRRF sobre aplicações financeiras	38	46
Outros impostos a compensar	12	6
	4.497	1.774

8 Outras contas a receber

	31/12/2016	31/12/2015
Notas de créditos a receber	69	20
Adiantamento a fornecedores	230	239
Despesas antecipadas	80	65
Depósitos cauções	20	20
Outras contas a receber	31	31
Créditos com funcionários	98	20
	528	395

9 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são relativos a operações com partes relacionadas que decorrem de operações de mútuo e garantias de avença - caução da Companhia com sua controladora ou outras partes relacionadas, que estão assim apresentadas:

	Ativo	
	31/12/2016	**31/12/2015**
Operações de mútuo		
Cime Administração e Participações S.A.	29.217	27.112
Cavan Pré Moldado S.A.	52.248	40.463
	81.465	**67.575**

a. Contrato de mútuo

Os contratos de mútuos firmados entre a Companhia e as partes relacionadas possuem prazo indeterminado. O contrato firmado entre a Companhia e a CIME Administração e Participações S.A. é remunerado pela TJLP conforme aditivo contratual celebrado em 01/01/2014, e o contrato de crédito recíproco com renovação automática de 12 meses a contar a partir de 30 de setembro de 2010 firmado entre a Companhia e a Cavan Pré Moldado S.A. possui remuneração de 6% a.a. e 10% a.a.

A movimentação do mútuo no período pode ser assim apresentada:

	Saldo 31/12/2015	Mútuo Cedido	IRRF	Juros	Amortização	Saldo 31/12/2016
CIME Administração e Participações S.A	27.112	-	-	2.105	-	29.217
Cavan Pré Moldado S.A	40.463	23.522	(644)	2.862	(13.955)	52.248
	67.575	**23.522**	**(644)**	**4.967**	**(13.955)**	**81.465**

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal chave da administração, que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia inclui o presidente e os diretores e contemplam salários, honorários e benefícios variáveis.

	31/12/2016	31/12/2015
Honorários de diretoria	(2.067)	(1.855)

10 Imobilizado

Composição dos ativos imobilizados

	2016			2015
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Prédios e edifícios	19.915	(3.535)	16.380	14.692
Maquinas equipamento e instalações industriais	15.077	(6.846)	8.231	9.950
Veículos	460	(346)	114	178
Móveis e utensílios	162	(62)	100	84
Computadores e periféricos	205	(122)	83	75
Equipamentos de comunicação	128	(48)	80	24
Ferramentas	41	(20)	21	26
Benfeitoria em bens de terceiros	722	(241)	481	335
Construções em andamento	338	-	338	4.016
	37.048	**(11.220)**	**25.828**	**29.380**

Movimentação do custo

	Saldo em 31/12/2015	Adições	Transferências	Reclassif.	Saldo em 31/12/2016
Prédios e edifícios	17.665	-	4.099	(1.807)	19.915
Maquinas equipamentos e instalações industriais	15.777	789	(42)	(1.447)	15.077
Veículos	450	10	-	-	460
Móveis e utensílios	132	30	-	-	162
Computadores e periféricos	164	41	-	-	205
Equipamentos de comunicação	57	71	-	-	128
Ferramentas	38	3	-	-	41
Benfeitoria em bens de terceiros	457	307	-	(42)	722
Construções em andamento	4.016	379	(4.057)	-	338
	38.756	**1.630**	**-**	**(3.296)**	**37.048**

As reclassificações foram provenientes de mudança de política contábil sobre créditos de PIS e COFINS sobre a aquisição de imobilizado, conforme divulgação realizada na nota explicativa 3.1.

	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2015
Prédios e edifícios	17.665	-	-	17.665
Maquinas equipamentos e instalações industriais	15.574	203	-	15.777
Veículos	450	-	-	450
Móveis e utensílios	129	3	-	132
Computadores e periféricos	164	-	-	164
Equipamentos de comunicação	57	-	-	57
Ferramentas	36	2	-	38
Benfeitoria em bens de terceiros	457	-	-	457
Construções em andamento	4.396	1.302	(1.682)	4.016
	38.928	**1.510**	**(1.682)**	**38.756**

Movimentação da depreciação

	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Estorno	Saldo em 31/12/2016
Prédios e edifícios	(2.973)	(779)	-	217	(3.535)
Maquinas e equipamentos e instalações industriais	(5.827)	(1.356)	-	337	(6.846)
Veículos	(272)	(74)	-	-	(346)
Móveis e utensílios	(48)	(14)	-	-	(62)
Computadores e periféricos	(89)	(33)	-	-	(122)
Equipamentos de comunicação	(33)	(14)	-	-	(48)
Ferramentas	(12)	(8)	-	-	(20)
Benfeitoria em bens de terceiros	(122)	(130)	-	11	(241)
Total de Depreciação	**(9.376)**	**(2.408)**	**-**	**565**	**(11.220)**
Total do Imobilizado	**29.380**	**(778)**	**-**	**(2.731)**	**25.828**

Os estornos de depreciações foram provenientes dessas reclassificações realizados no custo do imobilizado, consequentemente a depreciação no período de 2011 a 2015 representou um estorno de R$ 565 mil.

	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2015
Prédios e edifícios	(2.266)	(707)	-	(2.973)
Maquinas e equipamentos e instalações industriais	(4.290)	(1.537)	-	(5.827)
Veículos	(182)	(90)	-	(272)
Móveis e utensílios	(35)	(13)	-	(48)
Computadores e periféricos	(56)	(33)	-	(89)
Equipamentos de comunicação	(22)	(11)	-	(33)
Ferramentas	(4)	(8)	-	(12)
Benfeitoria em bens de terceiros	(24)	(98)	-	(122)
Total de Depreciação	**(6.879)**	**(2.497)**	**-**	**(9.376)**
Total do Imobilizado	**32.049**	**(987)**	**(1.682)**	**29.380**

11 Empréstimos e financiamentos

	Data do contrato	Vencimento	Indexador	Juros	31/12/2016	31/12/2015
I - Em moeda nacional						
a - Arrendamento mercantil financeiro						
FINAME						
Banco do Brasil	18/04/2011	16/05/2016	Spread	3,20% a.a + TJLP	-	433
Leasing						
Banco do Brasil	29/04/2011	17/11/2017	n/a	16,9% á 18,8% a.a	58	113
Banco Itaú	27/09/2011	24/03/2017	n/a	14,9% a.a	18	151
b - Empréstimos bancários						
Cédula de Crédito Bancário						
Santander	26/01/2015	31/01/2017		125% do CDI	-	21.667
					76	**22.366**
Circulante					76	20.622
Não circulante					-	1.742

Os empréstimos e financiamento relacionados acima não possuem cláusulas restritivas possam ter seu vencimento antecipado.

12 Debêntures

	31/12/2016	31/12/2015
Debêntures - Banco BBM	24.624	-
	24.624	-
Circulante	17.388	-
Não circulante	7.236	-

Em 20 de maio de 2016 foi realizado pela Companhia o Instrumento particular de escritura da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfaria, com garantia fidejussória, série única, sem opção de repactuação para distribuição pública com esforços restritos no valor original de R$ 35.000. Em 31 de dezembro de 2016 as debêntures estão compostas por:

Debêntures	**31/12/2016**
Valor original - Banco BBM	24.783
Juros	159
Comissão de colocação das debêntures	(318)
	24.624

A movimentação das debêntures no período pode ser assim apresentada:

	Aquisição 20/05/2016	**Juros Incorridos**	**(Amortização) /Apropriação**	**Saldo 31/12/2016**
Valor original - Banco BBM	35.000	-	(10.217)	24.783
Juros	-	2.825	(2.666)	159
Comissão de colocação das debêntures	(600)	-	282	(318)
	34.400	**2.825**	**(12.601)**	**24.624**

Não circulante	**2018**	**Total**
Banco BBM	7.270	7.270
Comissão de colocação das debêntures	(33)	(33)
	7.236	7.236

A Escritura foi firmada com base nas Assembleias Gerais Extraordinárias de Acionistas da Companhia realizadas em 02 de maio de 2016, na qual foi deliberada as condições da emissão ("AGE da Emissora"), conforme disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

As debêntures possuem os seguintes termos e condições:

- Valor total da emissão é de R$ 35.000, na data da emissão;
- Emissão de 35 debêntures, com valor unitário de R$ 1 milhão, perfazendo o total de R$ 35 milhões;
- As debêntures foram emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem a emissão de certificados ou cautelas, e não conversíveis em ações de emissão da Emissora;
- As debêntures são da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações e conta com garantia fidejussória.
- Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado facultativo total ou da decorrência de um evento antecipado, o valor nominal unitário das debêntures será amortizado mensalmente, em 24 parcelas, sendo as 23 primeiras correspondentes, cada uma, a 4,17% e a última parcela equivalente ao saldo do valor nominal unitário.
- O valor nominal unitário das debêntures não será atualizado monetariamente. As debêntures farão jus a uma remuneração correspondentes à variação acumulada de 100% da taxa média diária de juros dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, Over Extra Grupo, expressas na forma percentual ao ano, com base em 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, acrescida de uma sobretaxa equivalente a 4,0% ao ano, com base em 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa;

As debêntures e as obrigações assumidas pela Companhia no âmbito da oferta estão garantidos por fiança prestados pela Cavan Pré-Moldados (controladora) e Guarupart Participações Ltda.

Os recursos captados por meio da oferta fazem parte do planejamento financeiro da Companhia, que foram utilizados para liquidação de contratos que representavam dividas de curto prazo, com alongamento da divida com custos menores, aliviando o impacto no fluxo de caixa e reforçando capital de giro da Companhia.

Como cláusulas de *covenants* o contrato prevê se a Companhia sofrer alienação ou perda de ativos em montante superior a 10% do Ativo total ou perda de parte do patrimônio em montante superior a 10%, a serem verificados semestralmente pelo Agente Fiduciário com base nas Demonstrações Contábeis, poderá resultar em vencimento antecipado:

(a) Cálculo da variação do Ativo total

	31/12/2016	31/12/2015	Variação (R$)	Variação (%)
Ativo total	137.701	110.973	26.728	24%

(b) Cálculo da variação do Patrimônio Líquido

	31/12/2016	31/12/2015	Variação (R$)	Variação (%)
Patrimônio Líquido	83.768	53.314	30.347	57%

13 Fornecedores

	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores Nacionais	2.937	3.331
Fornecedores Estrangeiros	107	94
Outras contas a pagar	576	547
	3.621	3.972

Estão registrados nesta rubrica os saldos em aberto com fornecedores de prestação de serviços e matéria prima.

14 Adiantamento de clientes

O contrato de venda de mercadorias firmado entre a Vale S.A. e a Companhia previa que fosse adiantado pela Vale S.A. o montante de R$30.290, equivalente a 20% do valor total do contrato firmado entre as partes, que foi efetuado em dezembro de 2010.

Em 13 de dezembro de 2013 foi assinado o 2º aditivo contratual onde foi liberado o adiantamento no montante de R$33.500, pagos em 13 de dezembro de 2013 e 17 de março de 2014.

O adiantamento de clientes será amortizado linearmente com base no volume de faturamento e com base no prazo de término de contrato, previsto para 31 de dezembro de 2021.

Historicamente a Companhia vem amortizando aproximadamente 9,79% do valor faturado.

15 Patrimônio líquido

a. Capital

O capital social em 31 de Dezembro de 2016, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 10.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2015 o aumento de capital no valor de 7.372 originados da Reserva de Incentivos Fiscais, totalizando o capital social no valor de 7.382 representado por 10.000.

Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de junho de 2016 o aumento de capital no valor de R$ 3.947 originados da Reserva de Incentivos Fiscais, totalizando o capital social no valor de R$ 11.329 representado por 10.000 ações assim distribuídas:

	Quantidade de ações
Cavan Pré Moldado S.A.	**8.000**
Rocbra Participações e Empreendimentos Ltda.	**2.000**
	10.000

b. Reserva de lucros

Reserva legal
É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros
Representada pelas propostas da Administração de retenção dos saldos remanescentes dos lucros líquidos do exercício e de exercícios anteriores, após as retenções previstas na legislação ou aprovadas pelos acionistas. O saldo da conta de reserva de lucros ficará disponível para deliberação da assembleia.

c. Reserva de capital

Reserva de incentivos fiscais
A Companhia requereu à SUDAM utilização do benefício da redução por reinvestimento de 75% do imposto de renda devido para o projeto de complementação de equipamento da Companhia, de que trata o artigo 32 da Lei nº 11.196/2005, artigos 5º e 13º do Regulamento de Incentivo Fiscais Administrados pela SUDAM.

Em novembro de 2011, a Companhia passou a usufruir os benefícios fiscais previstos na Lei nº 9.129/10 que permite a utilização de 75% do ICMS próprio no momento da apuração.

d. Dividendos

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro Líquido do Exercício	38.338	25.260
Reserva de Capital (Incentivo de Redução do ICMS)	(11.445)	(7.880)
Reserva de Capital (Incentivo de Redução do IRPJ)	(5.828)	(3.739)
Reserva Legal	(1.001)	(1.263)
Lucro Líquido Ajustado	20.064	12.378
Dividendos Mínimos Obrigatórios	1.003	619

São assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 5% do lucro líquido ajustado de acordo com a legislação societária e o estatuto da Companhia.

Em 16 de junho de 2016 foram aprovados e distribuídos R$ 7.500 a título de dividendos pertinentes ao resultado do exercício de 2015, sendo que deste montante R$ 619 refere-se a Dividendos minímos obrigatórios e R$ 6.881 a Dividendos complementares.

16 Receita

Conforme pode ser observado no contexto operacional, a fonte da receita de vendas da Companhia está concentrada exclusivamente com o cliente Vale S.A., através de contrato firmado entre as partes com vencimento previsto em contrato para 2021.

	31/12/2016	31/12/2015
Receita operacional bruta		
Venda de produtos	106.089	83.176
Serviços Prestados	120	320
Deduções		
PIS	(465)	(556)
COFINS	(2.108)	(2.559)
ICMS	(19.014)	(13.891)
ISS	(6)	(16)
(+) Incentivo Fiscal ICMS	11.444	7.880
INSS por desoneração da folha	-	(668)
Vendas Canceladas	-	(291)
Receita operacional líquida	**96.060**	**73.395**

17 Custos das vendas

	31/12/2016	31/12/2015
Gastos gerais de fabricação	(11.439)	(9.539)
Custo de mão-de-obra	(6.890)	(6.037)
Consumo de matéria prima	(23.183)	(19.836)
Depreciação	(2.188)	(2.232)
	(43.700)	(37.644)

18 Administrativas e gerais

	31/12/2016	31/12/2015
Despesas com pessoal		
Salários e ordenados	(1.806)	(1.262)
Encargos sociais	(1.316)	(676)
Benefícios	(527)	(345)
	(3.649)	(2.283)
Despesas administrativas		
Serviço de terceiros	(1.250)	(1.486)
Despesas com viagem e transporte	(395)	(238)
Despesas impostos e taxas	(979)	(660)
Despesas prediais	(487)	(412)
Despesas c/aluguel de veículos e combustível	(58)	(85)
Outras despesas	(514)	(613)
	(3.683)	(3.470)
Despesas comerciais e institucionais		
Despesas institucionais	(281)	(144)
Despesas comerciais	(22)	(101)
	(303)	(245)
Honorários de diretoria	(2.067)	(1.855)
Total despesas administrativas e gerais	(9.702)	(7.853)

19 Outras receitas e despesas operacionais

	31/12/2016	31/12/2015
Outras receitas operacionais		
Outras receitas	4	3
Receitas de aluguel	600	491
Outras despesas operacionais		
Outras despesas	-	(6)
PIS sobre outras receitas	(10)	(8)
COFINS sobre outras receitas	(46)	(37)
Total de outras receitas e despesas operacionais	548	443

20 Resultado financeiro

	31/12/2016	31/12/2015
Receita financeira		
Juros sobre mútuo	4.967	3.182
Descontos obtidos	28	36
Receita aplicação financeira	532	2.207
Variação monetária	813	4
	6.340	5.429
Despesa financeiras		
Juros sobre empréstimo bancário	(2.077)	(3.979)
Juros sobre debêntures	(2.825)	-
Despesas bancárias	(22)	(44)
Despesas fianças bancárias	(758)	-
Comissão com colocação das debêntures	(282)	-
Juros de leasing	(23)	(53)
Juros de finame	(13)	(87)
Juros e mora pagos	(13)	(8)
Variação cambial	-	(128)
IOF sobre operações financeiras	(125)	(469)
Outros	(9)	-
	(6.147)	(4.768)
Resultado financeiro líquido	193	661

21 Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da taxa efetiva da alíquota nominal, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é como segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Resultado antes dos impostos	43.124	28.794
I - Valor base IRPJ e CSLL	14.638	28.794
Alíquota 15% IRPJ e 9% CSLL	10.350	6.911
Alíquota adicional 10% IRPJ com redução de R$ 240	4.288	2.855
II - Efeitos das adições e exclusões permanentes de despesas e receitas		
Adições permanentes		
Doações	-	41
Gratificação a dirigentes	163	143
Depreciação de Leasing	84	-

	31/12/2016	31/12/2015
Apropriação da Comissão de coloc. das debêntures	96	-
Outros	4	4
Exclusões permanentes		
Incentivo fiscal - ICMS	(3.896)	(2.679)
Incentivo fiscal - IRPJ	(5.828)	(3.739)
Incentivo fiscal - PAT	(160)	-
Comissão de colocação das debêntures	(204)	-
Pagamentos de leasing	(72)	-
Outros	(44)	(2)
III - Taxa efetiva		
Despesa com imposto de renda e contribuição social	4.786	3.534
Imposto de renda e contribuição social correntes	10.614	7.273
Redução de imposto de renda - Incentivo fiscal	(5.828)	(3.739)
IRPJ e CSLL ajustado (I+II)	4.786	3.534
Alíquota efetiva	11%	12%

22 Instrumentos financeiros

22.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

22.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

Caixa, equivalentes de caixa, clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil.

Empréstimos e financiamentos, Debêntures, divedindos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar)

1º emissão de debêntures: O valor justo para as debêntures não possui diferença para o saldo contábil, uma vez que o valor do preço unitário no mercado secundário divulgado no site (www.pentagonotrustee.com.br), é o valor contábil.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros para o período findo em 31 de dezembro de 2016.

22.3 Hierarquia do valor justo

Mensuração do valor justo: a Companhia classifica e divulga os instrumentos financeiros da seguinte forma:

- **Nível I** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

- **Nível II-** outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

- **Nível III-** técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no período findo em 31 de dezembro de 2016, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Companhia classificou como nível I os saldos de caixa e equivalentes de caixa e como nível II os saldos de clientes, fornecedores e empréstimos, financiamentos e debêntures.

22.4 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

22.4.1 Risco de crédito

a. Clientes

Devido a Companhia ter como único cliente a Vale S.A, a Companhia entende que não possui risco de incorrer em perdas decorrentes a esta contraparte em um instrumento financeiro decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco que a Companhia apresenta, está associado basicamente ao saldo entre partes relacionadas devido os mesmos terem sido formalizados em condições específicas e em montantes significativos, mantidas pelo seu valor original e sem prazos previstos para liquidação. Essas operações poderiam resultar em valores diferentes caso fossem realizadas com terceiros.

22.4.2 Risco de liquidez

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez;

22.4.3 Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para o período findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos

22.4.4 Risco de taxas de juros

A atualização dos contratos de financiamento, empréstimos e debêntures estão vinculados a variação do CDI e TJPL.

A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

23 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica e odontológica, vale transporte e vale refeição.

* * *

Guilherme Martins de Godoy Pereira
Diretor

Pedro Massucato
Diretor

Cristiane dos Santos Barbosa
Contador CRC-1SP147507/O-1